



Ulysses, que não foi à cerimônia, conversa com Arinos na Comissão Mista do Congresso

Constituinte: Arinos não aceita candidatura avulsa

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão Constitucional, jurista Afonso Arinos, é contra candidatura avulsa à Constituinte e não vê como problema a participação dos Senadores eleitos em 1982. Arinos considera pouco aceitável a tese da Constituinte exclusiva, que qualifica de "pureza, assepsia constituinte, medo do contágio".

Além disso, sustentou que as Forças Armadas devem tratar exclusivamente da segurança externa, enquanto a segurança interna ficaria a cargo de poderes específicos a serem criados. Reconheceu que demandaria agora muitos gastos de implantação, mas não quis explicar quais seriam essas organizações.

Com essas declarações, prestadas à Comissão Mista do Congresso que examina a emenda do Governo convocando a Constituinte, Arinos encerrou um dia de 12 horas de trabalho em Brasília, discorrendo sobre o mesmo tema. A peregrinação começou antes das 7 horas da manhã, no programa "Bom Dia Brasil", da Rede Globo. As 9 horas estava no Ministério da Justiça, onde discursou na solenidade de instalação e fez uma reunião de duas horas com os "conselheiros da Comissão".

Arinos chegou 30 minutos atrasado para a reunião no Congresso, que deveria começar às 16 horas. No início, havia apenas cinco parlamentares no plenário da Comissão, além do presidente, Senador Helvídio Nunes (PDS-PI), e do Relator, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP). O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que não compareceu à instalação da Comissão Constitucional, no Ministério da Justiça, foi à Comissão Mista para cumprimentá-lo.

Em sua exposição, muito histórica e teórica, Arinos advertiu para o risco de adoção de "soluções inaceitáveis", entre elas as candidaturas avulsas, "que acabariam com a democracia e com os partidos".

O Deputado João Gilberto quis saber sua opinião sobre a participação dos senadores eleitos em 1982.

— Esse não é um problema do atual Congresso, mas da futura Constituinte. Entretanto, acho que esse é um problema menor, porque serão apenas 23 Senadores entre 300 constituintes eleitos.

— Ao mesmo Deputado, Arinos respondeu sobre a oportunidade de realizar um plebiscito para escolher a forma de Governo que deve prevalecer:

— Como parlamentarista, sei que ficaria frustrado, porque o povo não compreende o significado dessa palavra. Condeno de antemão essa idéia, porque o eleitorado não saberia responder. O Congresso é que tem competência para essa discussão.

João Gilberto quis saber ainda o que ele pensa da coincidência de eleições para Governos estaduais e para a composição da Assembleia Constituinte. Arinos fez uma preleção sobre as distorções da Federação, afirmou que os Estados e Municípios, em termos financeiros, "estão na UTI", mas concluiu que, durante as eleições, o interesse pelo nacional, isto é,

Jurista acha que quem está contra anteprojeto 'não entende do assunto'

BRASÍLIA — Depois de afirmar em discurso, citando Tancredo Neves, que a Comissão Constitucional tem por missão encaminhar à futura Constituinte um esboço da nova Carta a ser aceita, modificada ou rejeitada, o jurista Afonso Arinos afirmou que assim procederá, apesar de o decreto de criação da Comissão falar apenas em estudos constitucionais. Em entrevista ao GLOBO e à Rede Globo, Arinos disse que quem está contra o esboço "não entende nada do assunto" e que os decretos são suplementados pelos costumes.

— O Presidente acaba de afirmar que a Comissão será uma ponte entre as aspirações da Nação e o futuro Congresso Constituinte. Como isso funcionará na prática?

— Teremos comitês de recepção de sugestões dentro da estrutura da Comissão. Essas sugestões serão depois encaminhadas ao Serpro, para processamento, e serão transformadas em uma espécie de resumo das contribuições.

— O senhor reafirmou que a Comissão vai mesmo enviar um anteprojeto de Constituição à futura Constituinte. Isso é coerente com o decreto que a criou?

— Acho que sim. Sempre foi assim, em toda a História da República. Tenho essa opinião, sou Presidente da Comissão e vou fazer um anteprojeto de Constituição.

— Então — Então o senhor tem autonomia para traçar o destino dos trabalhos da Comissão, apesar do decreto presidencial?

— Tenho autonomia, tenho hábito, conheço o assunto e os que estão falando contra não conhecem o assunto.

— Alguns membros da Comissão não concordam com isso.

— Não sei de nenhum.

— E juridicamente correto a Comissão ter funções não estabelecidas pelo decreto?

Cerimônia força Congresso a não realizar sessão

BRASÍLIA — Na perspectiva de falta de parlamentares diante da cerimônia de instalação da Comissão de Estudos Constitucionais, não houve sessão conjunta do Congresso ontem de manhã. Segundo um funcionário da Câmara, o Presidente do Senado, José Fragelli, ao verificar também que muitos parlamentares participavam de reuniões de comissões, (somente no Senado pelo menos três funcionavam naquele horário), decidiu não marcar a sessão.

Anteontem, Fragelli, mesmo sob protesto dos parlamentares, cumpriu promessa feita na semana passada e não abriu a sessão matutina por falta de quorum, fazendo com que três Senadores e 43 Deputados que aguardavam no plenário o início dos trabalhos perdessem o jato de Cr\$ 112 mil. Ontem de manhã, além da cerimônia no Palácio da Justiça, para onde se deslocaram vários parlamentares, três comissões estavam funcionando no Senado: as de fiscalização e Controle, a de Inquérito sobre Estatais e a Comissão Mista para o exame da proposta do Governo convocando a Constituinte.

A sessão da Câmara iniciou a Ordem do Dia (pauta de votações) com 41 Deputados no plenário, alcançando, na hora das votações, 120. A lista indicou a presença de 236 Deputados. Apesar de não haver número regimental, foi aprovado projeto do Executivo (Governo Figueiredo) reajustando em quatro salários-mínimos uma pensão especial para Hilda Sayão Carvalho Araújo, viúva do ex-Vice Governador de Goiás e ex-Diretor da Novacap, Bernardo Sayão.

Comissão decide incluir Conclat nos depoimentos

BRASÍLIA — A Comissão Mista que examina a emenda de convocação da Constituinte decidiu ontem, acolhendo sugestão do Relator, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), incluir um representante da Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras na relação das pessoas que debaterão a matéria na Comissão.

Em reunião anterior, Bierrenbach havia apresentado uma relação da qual constava o nome de Jair Meneghelli, da Central Única dos Trabalhadores. Nenhum representante da Conclat estava incluído, o que causou reações dos Deputados João Gilberto (PMDB-RS) e Luiz Henrique (PMDB-SC). Ambos sustentaram a necessidade de serem conhecidas as posições das duas vertentes do movimento sindical.

Naquela reunião, Bierrenbach argumentou que a limitação do número de convidados imposta pela Comissão fez com que ele excluísse Joaquim dos Santos Andrade, da Conclat. O Relator afirmou que a escolha de Meneghelli não significava uma preferência pela CUT e um desprezo pela Conclat, mas resultava da constatação de que Meneghelli havia manifestado maior interesse no debate sobre a Constituinte.

Ontem, entretanto, o Relator propôs à Comissão o convite a um representante da Conclat. Após a reunião, Bierrenbach explicou ter se sensibilizado com os argumentos defendidos anteriormente por João Gilberto e Luiz Henrique.

Amanhã, a Comissão debaterá a convocação da Constituinte com o jurista Daimo Dallari e com Carlos Eduardo Moreira Ferreira, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Simpósio é o terceiro fórum do Parlamento

BRASÍLIA — Promovido pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, começa hoje o simpósio "Temas constitucionais", que vai debater este mês sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte.

O simpósio é a terceira iniciativa do Congresso com o mesmo objetivo pré-Constituinte: há a Comissão Mista do Congresso incumbida de examinar a emenda constitucional do Governo convocando a Constituinte e a Comissão Interpartidária da Câmara que vai estudar os temas constituintes.

Os ex-parlamentares Célio Borja (Assessor Especial da Presidência da República) — que falará sobre a filosofia do poder da nova República (conciliação e transição) — e Paulo Brossard (Consultor Geral da República) — que debaterá o sistema de Governo (parlamentarismo e presidencialismo) — abrirão o simpósio, às 10 e 17 horas. Amanhã, o professor Pinto Ferreira falará sobre "Direitos sociais e direitos fundamentais da pessoa humana".

Sempre com duas conferências às quarta-feiras e uma na quinta-feira, o simpósio continuará até a última semana de setembro, reunindo especialistas brasileiros de vários campos, como expositores ou como debatedores. Haverá sempre um Deputado da Comissão da Constituição e Justiça para o debate.

Segundo o Presidente da Comissão, Deputado Aluizio Campos (PMDB-PB), a idéia fundamental do simpósio é proporcionar a todos um conhecimento do que pode e deve ser objeto de alteração constitucional.

Lyra quer Ministros unidos contra um ano de desincompatibilização

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, propôs ontem ao Ministro da Administração, Aluizio Alves, que seja formada uma frente de Ministros destinada a evitar o aumento do prazo de desincompatibilização para ocupantes de cargos públicos que pretendem disputar as eleições de 86. Cada Ministro, sugeriu Lyra, deverá entrar em contato com os parlamentares para mostrar-lhes que a Emenda do Deputado Manoel Costa (PMDB-MG) é um erro.

Segundo o Ministro da Justiça, o aumento do prazo de desincompatibilização, que atualmente varia de quatro a seis meses antes da eleição, seria um casuismo injustificável da Nova República. Sua implantação, disse ele, vai implicar aumento dos problemas políticos do Governo na medida em que antecipará a reforma ministerial para novembro, "forçando o Presidente José Sarney a escolher Ministros sem conhecer os resultados das eleições deste ano".

Aluizio Alves concordou com a iniciativa de Fernando Lyra e disse, pela primei-

ra vez, que só sairá candidato a uma vaga no Senado Federal se o candidato que ele apóia para a Prefeitura de Natal, Garibaldi Alves Filho, ganhar a eleição com margem pequena de votos, o que tornaria necessária sua dobradinha com o candidato do PMDB, Geraldo Melo, para o Governo do Rio Grande do Norte. Caso contrário, continuará no Ministério da Administração e levará adiante a reforma administrativa.

O Líder do Governo na Câmara, Pimenta da Veiga, disse que já começou a sentir os efeitos da pressão dos Governadores e Ministros sobre os Deputados quanto à proposta de aumento dos prazos de desincompatibilização de ocupantes de cargos no Executivo. Pelo menos um Deputado confidenciou-lhe que reviu sua posição inicial a favor da mudança.

Pimenta disse que repassou o assunto durante almoço ontem com Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB e da Câmara, tendo informado que continua realizando sondagens na bancada, podendo sentir que a tendência é pelo aumento do prazo.

Advertiu o líder que não tomará a responsabilidade de realizar a negociação do assunto sozinho: deseja que Ministros, Governadores e outras lideranças participem e se responsabilizem pelo acordo que vier a ser firmado.

Os Líderes do PDS no Senado e na Câmara, Murilo Badaró (MG) e Prisco Viana (BA), revelaram ontem que o Partido é favorável a um prazo maior de desincompatibilização mas não de 12 meses; como quer o Deputado peemedebista Manoel Costa. Badaró acha que o ideal seria a desincompatibilização dez meses antes do pleito.

— Não se pode levar a questão a extremos, muito embora a aspiração dos Senadores e Deputados no tocante a um prazo mais dilatado ser legítima — disse Badaró.

Prisco Viana, depois de observar que para os partidos de efetiva oposição quanto maior for o prazo melhor, afirmou que o PDS está disposto a encontrar, em exame conjunto com o PMDB, a melhor alternativa política para o assunto.